

## Perguntas dos historiadores aos linguistas

JOSÉ MATTOSO  
(Universidade de Lisboa)

O tema da conferência de encerramento deste Encontro da Associação Portuguesa de Linguística situa-se, como é óbvio, no discutido círculo da interdisciplinaridade. Trata-se como, alguns saberão, de um ambiente que gosto de frequentar. Como já tive ocasião de dizer, acontece-me muitas vezes encontrar em disciplinas diferentes da minha ideias mais fecundas para o meu trabalho de investigação, do que em obras dos meus próprios colegas. Devo confessar, porém, a minha especial insegurança no campo da linguística. A minha falta de conhecimentos básicos aparece-me como um obstáculo dificilmente transponível. Mas o tema que os organizadores deste congresso me propuseram coloca-me um pouco mais à vontade. Ao sugerirem-me que formulasse as «perguntas que os historiadores podem fazer aos linguistas», pediram-me simultaneamente que me mantivesse no estrito campo da minha disciplina e que me dirigisse a eles colocando-lhes problemas próprios do meu campo de saber, mas que eles poderiam eventualmente resolver com os seus próprios recursos científicos. O que vem ao encontro da minha própria concepção da interdisciplinaridade. Sempre me pareceu que as fronteiras de cada disciplina científica se devem manter claramente delimitadas, e os métodos claramente distintos, mesmo quando as interrogações são comuns, como tantas vezes acontece nas ciências humanas. A tensão que assim se estabelece devido ao facto de os pontos de vista e os métodos de solução serem diferentes, ou mesmo pelo facto de os problemas comuns poderem receber respostas não coincidentes, longe de me parecer prejudicial, torna-se, pelo contrário, especialmente estimulante, porque obriga a aprofundar as questões até se encontrar uma solução satisfatória. A diferença estimula o diálogo.

Dito isto, é evidente que me vou colocar do ponto de vista do historiador. Isto é, vou ignorar as questões que os linguistas porventura gostariam de me colocar, para resolverem os problemas que um estudo científico da sua disciplina suscita e que necessitariam, por exemplo, de obter informações sobre as condi-

ções próprias de uma época para encontrarem respostas adequadas. Este tipo de problemas, que constituiria o reverso da situação em que me vou colocar, poderá certamente inspirar um diálogo extremamente interessante, mas que não me compete a mim iniciar. De resto o que importa é encetarmos o debate, e depois deixar que ele decorra com toda a espontaneidade, prontos a encarar de frente as surpresas que porventura possa suscitar.

1. Para dar um pouco de ordem às minhas perguntas, tentarei arrumá-las em duas séries que não são de modo algum estanques, mas que ajudam a arrumar ideias. Uma que se situa no tempo curto ou médio, e outra no tempo longo. Suponho que estes conceitos são suficientemente conhecidos de todos; todavia, não me parece ocioso recordar que, de facto, em História, os problemas se equacionam e resolvem de formas bastante diferente conforme eles se situam em ambientes de mutação rápida ou de mutação lenta. Em ambos os casos, porém, o que mais interessa o historiador são os fenómenos que revelam a mutação ou que ela desencadeia, e ainda a explicação e a interpretação da própria mutação. Porque é que as coisas mudam? Será que mudam realmente? A alteração não será só aparente ou só superficial? A compreensão da mudança é, portanto, o objectivo mais importante da História. É ela que define propriamente a relevância histórica dos fenómenos observados. Mesmo a reconstituição das estruturas, isto é daquilo que reveste um certo grau de permanência, deve ser encarado também do ponto de vista diacrónico, isto é, é sempre preciso saber o que de facto permanece e o que se altera. Ou seja, situar os fenómenos no tempo. De facto creio que nada, neste mundo, nem o próprio chão que pisamos, se mantém totalmente imóvel.

Como é evidente, uso aqui o conceito de mutação no mais amplo sentido do termo. Tanto pode designar a mudança de um partido político no governo de um país, como a eclosão de um movimento intelectual do género do Renascimento do século XVI, como a passagem de um sistema de parentesco baseado na sucessão unilinear masculina para a sucessão plurilinear de ambos os sexos. Em qualquer um destes casos, como, de resto em todas as mutações, importa definir bem o *antes* e o *depois*, e reconstituir o processo que conduziu de um estágio ao outro.

Abro aqui um breve parêntesis para me demarcar de certas questões teóricas como as que predominavam no ensino universitário dos anos 60 e 70, em que o dogmatismo estruturalista obrigava a rejeitar como inadmissível a interferência de factores exógenos para explicar as mutações: assim, por exemplo, os motivos das transformações dos sistemas sócio-económicos só podiam ser procuradas em factores sócio-económicos. Não tenho a mínima competência em questões teóricas deste género, mas não posso deixar de conceber a própria vida da sociedade como um sistema pluriforme, embora decomponível em vários subsistemas, todos eles sujeitos a uma grande quantidade de interferências de toda a ordem, cuja agregação acaba por provocar efeitos de massa imprevisíveis. Quero com isto dizer, por exemplo, que há fenómenos demográficos com resultantes no campo da espiritualidade, como acontece, nomeadamente com a rápi-

da expansão do monaquismo no deserto do Egipto, no momento de grande crescimento populacional, como foi o século IV depois de Cristo. Também é impossível isolar o movimento de busca do «deserto» característico de vários movimentos monásticos do século XI, como o de Cister, sem o relacionar com a expansão demográfica dessa mesma época. Este ponto de vista parece-me importante não propriamente para procurar factores exógenos determinantes de fenómenos históricos de grande envergadura, mas para determinar em que condições é que as mutações se podem dar. Ou seja, a História preocupa-se fundamentalmente em reconstituir as condições em que as mutações se dão. É essa reconstituição que permite compreendê-las em toda a sua complexidade. Em História não é possível explicar uma mutação sem entrar em linha de conta com factores exógenos, sejam eles ou não de natureza exclusivamente condicionante.

Ora a língua constitui um importantíssimo indício de toda a espécie de mutações. Para o historiador funciona, portanto, como um documento. Um documento especialmente precioso, porque lhe pode dar respostas que mais nenhuma outra fonte histórica faculta. Revela as mutações inconscientes ou semi-conscientes da sociedade no seu conjunto, de alguns dos seus grupos ou estratos ou de certas minorias. Não depende da vontade consciente dos falantes, mas de alterações que se situam ao nível da expressão das ideias ou da mentalidade. Implica a recepção dessas ideias ou conceitos mentais por grupos inteiros ou mesmo pela sociedade toda numa área determinada. São factos que normalmente outros documentos não revelam, e que raramente se podem detectar em qualquer outra espécie de fontes históricas.

Com isto não quero dizer que o seu uso como documento histórico seja fácil. Uma parte da dificuldade resulta de ser necessário reunir uma quantidade apreciável de testemunhos comparáveis entre si para que os dados historicamente aproveitáveis sejam relevantes. Mas a dificuldade não é só essa. Resulta também de os testemunhos reunidos pelos linguístas nem sempre se apresentarem com suficiente rigor. E ainda de a sua interpretação ignorar por vezes as condições históricas em que os fenómenos se produzem.

Queria insistir sobre o problema do rigor. Com efeito, em História, um dado, qualquer que ele seja, só se torna um facto histórico, isto é só tem utilidade científica, a partir do momento em que se pode situar na tripla coordenada do tempo, do espaço e do lugar social em que se produz. Por isso um facto que não pode ser datado, não se sabe onde se deu e cujo autor se desconhece (quando digo, conhecer o autor, quero dizer situá-lo num grupo social determinado), esse facto, digo, historicamente, não existe. Há muitos factos históricos que só podem ser datados, localizados e atribuídos a um autor de maneira aproximada ou mesmo um tanto vaga: temos de nos contentar em saber o século, uma área geográfica mal delimitada e ignorar praticamente o meio social onde se produziu. O que importa, porém, é procurar o maior rigor possível na determinação destas três coordenadas. Quanto mais precisas elas forem, tanto maior é o valor histórico do facto em causa. Então, passa a servir de baliza, para, a partir dele, fixar toda uma constelação de factos com ele relacionados. Repare-se bem que não falo apenas de datação. Para os problemas da língua e da mentalidade (que

se revela principalmente através da língua) é extremamente importante determinar também o lugar onde o facto se dá e a posição social do emissor. Seria muito grosseira uma linguística histórica que tendesse a estender a todo o universo dos falantes de uma língua os fenómenos observados num lugar e num meio social determinado. E seria totalmente votada ao fracasso qualquer espécie de teoria das mutações linguísticas que não tivesse em consideração as variantes regionais ou locais e o tipo de cultura dos emissores em cuja fala se descobrissem os fenómenos detectados. Mesmo num país de dimensões relativamente reduzidas como Portugal, estes cuidados são indispensáveis, porque a língua não se pode considerar homogénea.

Eis aqui, portanto, uma primeira série de perguntas do historiador ao linguista: se o historiador verificar uma mutação expressa em termos linguísticos, perguntar-lhe-á quando, onde e em que tipo de discurso é que ela se deu (parto do princípio de que a determinação do meio social compete ao historiador; mas poderá fazê-lo facilmente se souber em que tipo de discurso se verifica a mutação). Posso dar um exemplo muito simples: quando, onde e em que tipo de discurso se verifica pela primeira vez o uso do feminino «senhora», uma vez que este substantivo era comum dos dois géneros até ao século XIII. Como é evidente, este fenómeno tem uma grande importância como indício dos conceitos que presidiam às funções da mulher na sociedade feudal. Embora, por si só, não se deva exagerar o seu significado, pode ser conjugado com outros indícios reveladores de uma importante mutação social. Como se pode reconstituir o processo pelo qual os termos do parentesco, como *frater*, *congermanus*, *avunculus* e outros foram substituídos por outros de origem diferente, para designar os mesmos graus? Como é evidente, esta resposta é essencial para formular uma teoria acerca da mutação da estrutura de parentesco nas regiões onde esse fenómeno se verifica. A sua conjugação com a evolução de toda a terminologia do mesmo género permite chegar a conclusões históricas que nenhum outro tipo de documentos consegue formular.

A primeira coisa que o historiador pede ao linguista é, portanto, o maior rigor no fornecimento dos dados. Note-se que não estou aqui a pedir a lua: sei muito bem que a resposta a perguntas deste tipo requer, por vezes, vários meses ou até muitos anos de pesquisa. O que pretendo é apenas explicar que as investigações da linguística histórica serão tanto mais úteis ao historiador quanto mais rigorosamente forem situadas em relação a um determinado contexto.

Também tenho de reconhecer que as perguntas de que dei os dois exemplos elementares não podem ter respostas primárias. De facto as respostas só podem ser úteis para nós se permitirem não apenas localizar o fenómeno, mas também reconstituir o processo da sua produção, da sua recepção e da sua generalização. Ou seja, não basta apresentar uns dois ou três casos do uso inovador, que, na melhor das hipóteses, nos aproximariam do seu ponto de origem; é preciso também juntar-lhe uma série suficientemente nutrida e diversificada de recorrências (obviamente também datadas, localizadas e identificadas) que permitam reconstituir o processo de recepção e de generalização, ou seja, saber onde, como e com que ritmo se deu a passagem da excepção à norma.

Deste ponto de vista, devo confessar que as respostas para nós mais úteis são de carácter empírico. Deixamos aos colegas o cuidado de formularem as suas teorias interpretativas e consideramos preferível não nos deixarmos influenciar por elas para fazermos as nossas próprias interpretações. Quero com isto dizer que o mais útil para nós é a simples apresentação da própria série de dados observados, com uma apreciação autorizada da sua relevância do ponto de vista linguístico. Esta observação baseia-se em dois pressupostos convergentes. Por um lado, a apresentação da série dos dados com os respectivos contextos permite-nos utilizar conhecimentos históricos complementares acerca desses mesmos contextos; por outro, serve para reconstituir em termos concretos e objectivos o próprio processo de difusão e averiguar que factores tiveram nele alguma interferência. Este segundo aspecto pode-se relacionar com as teorias acerca dos processos de difusão lexical propostos por M. Chen e W. S.-Y. Wang no princípio de década de 60, que distingue duas fases de difusão, a primeira lenta, e a segunda rápida, antes de se atingir a da generalização (R. Marquilhas, 1996, pp.584-585). Esta teoria parece-me especialmente importante, porque coincide, ponto por ponto, com a teoria de mutação social a partir do conceito de «agregação dos comportamentos individuais» exposta por Raymond Boudon em 1984, reclamando-se da tradição weberiana e da chamada «sociologia da acção». Com efeito a mutação social só se dá quando o número de aderentes à inovação atinge um determinado patamar, passado o qual ela se multiplica, como se, a partir desse ponto, ficasse dotada de uma força irresistível. Como é evidente este processo parece bastante verosímil para os fenómenos propriamente lexicais, que têm uma visibilidade social mais clara. Compete aos linguistas averiguarem se se pode estender a outros domínios da sua disciplina, como seriam, por exemplo, os fenómenos próprios da interacção verbal.

2. O que disse até aqui situa-se numa perspectiva genérica. Queria passar agora aos fenómenos do tempo curto ou do tempo médio. Embora não exclusivos deste género de problemas, estão mais directamente relacionados com ele os que dizem respeito à crítica textual, ao léxico das instituições, aos géneros literários e ao discurso próprio de cada actividade profissional. Vejamos estas questões uma por uma.

Em primeiro lugar, a crítica textual. Embora muitos historiadores se tenham desde todos os tempos consagrado à tarefa de publicar fontes documentais ou narrativas, parto do princípio de que a tarefa do estabelecimento crítico de um texto compete propriamente ao linguista. É por isso que os historiadores, geralmente conscientes das suas limitações neste campo, preferem a transcrição paleográfica. Mas parece-me especialmente útil para o historiador iniciar-se pelo menos nos métodos e princípios elementares da crítica textual, e ensaiá-la na prática. Adquire assim uma percepção do texto e da sua transmissão que nenhuma outra disciplina lhe proporciona. Tendo eu próprio procedido à tarefa de uma edição crítica, devo confessar a minha dívida para com dois eminentes filólogos, os Professores Lindley Cintra e Joseph Piel, sem os quais não me teria sido possível levar a cabo esse trabalho. Ora o exame da fonte do ponto

de vista da crítica textual trouxe-me uma familiaridade com ela que não conseguiria com nenhum outro tipo de análise. Aqui, portanto, não se trata apenas de perguntas feitas de uma área disciplinar para a outra, mas de uma colaboração íntima ou mesmo de uma verdadeira aprendizagem. No caso de ela não ser possível, gostaria de exprimir a opinião de que as edições de documentos feitas pelos historiadores só ganhariam se fossem revistas pelos linguistas antes de serem publicadas. Não posso deixar de recordar as péssimas edições dos livros de linhagens feitas por paleógrafos ou historiadores antes de 1980 – não quero com isto dizer, é claro, que a minha seja isenta de erros, mas pelo menos não comete certos lapsos, como o de certo editor que distinguiu uma família a que chamou «Panha» e que considerou diferente da de Paiva, pelo simples facto de ignorar que o *u* de «*Pauha*» não era mais do que um equivalente da consoante *v*, e de ignorar também que o *h* tinha o valor de *i* consonantal. O facto de a maioria dos meus colegas historiadores não consultarem os linguistas e filólogos leva-os por vezes a cometerem alguns erros de transcrição, nomeadamente nos fenómenos de elisão de vogais no começo de palavra (*de Anes* por *d'Eanes*), ou a fazerem correcções indevidas (por exemplo *perto* por *preto*). A ajuda que os linguistas e filólogos dão ao historiador são, por vezes, verdadeiramente preciosas. Não me posso esquecer como foi útil para mim a consulta do livro de Edwin B. Williams, apesar de já tão antigo (1938) – usei a 3.<sup>a</sup> ed, brasileira de 1975 –, quando precisei de datar um dos principais manuscritos em que baseei a minha edição do *Livro do Conde D. Pedro*, o original perdido da cópia do século XVII da Academia das Ciências, para saber em que época se começavam a confundir os pretéritos em *am* de radical *a* com os em *om* de radical *o*, em casos como *podiom* ou *erom*, ou em que começaram a aparecer variantes populares desconhecidas até ao século XV como *rezom*, *milhor* ou *pidio-lhe*. É verdade que teria preferido respostas mais precisas, isto é, datadas e localizadas com mais rigor, mas não as encontrei em nenhuma outra parte.

Também não posso deixar de recordar como me foram úteis as indicações da crítica textual para comparar as diversas versões do texto perdido que contém o relato da revolta de Afonso Henriques contra D. Teresa, para tentar averiguar se era ou não verosímil que a menção do castelo da Feira se devesse a uma deturpação do topónimo Faria, como tinha proposto Rui de Azevedo em 1959. Esta proposta, por mera conjectura, não repousava, de facto, em nenhum argumento de crítica textual. Ora a reconstituição do *stemma* das várias versões do relato mostra, sem sombra de dúvida, que a menção da Feira já se encontrava no arquétipo de todas elas.

Passando agora ao domínio do léxico, podemos considerar, que pelo menos três das suas categorias se situam predominantemente no tempo curto ou médio: o das instituições político-jurídicas, o dos géneros literários e o do discurso próprio das actividades profissionais que usam a escrita como principal meio de comunicação. Estes problemas parecem-me, por sua vez, de duas categorias diferentes, conforme se trata da criação e do uso de vocábulos com um sentido técnico próprio do respectivo domínio lexical, ou de problemas de semântica resultantes da variação de sentido atribuído a estes ou outros vocábu-

los, igualmente dentro da respectiva área discursiva. Embora me refira a estas questões como situadas no tempo curto ou médio, não quero com isso dizer que os termos a que me refiro não tenham, por vezes, uma vida de muitos séculos. O seu sentido específico, porém, situa-se num período geralmente não muito longo. Seja, por exemplo, o caso de «feudo», ou de «infância». Como termos técnicos, têm uma vida relativamente curta, por comparação com o período em que ambos são usados, já com sentidos aproximados ou derivados. Estas considerações levarão a procurar averiguar se os vocábulos em causa são ou não empregues com o seu sentido específico, e essa questão obriga, portanto, a procurar a resposta na análise do contexto e do tipo de discurso em que se empregam. «Vassalo», por exemplo é um exemplo típico de uma palavra que significa rigorosamente um indivíduo que tem para com o seu senhor compromissos estritos de auxílio e de conselho decorrentes da homenagem que lhe prestou inicialmente. Este sentido tem uma vida relativamente curta e localizável geográfica e socialmente, mas sofreu derivações de grande amplitude que o trouxeram até aos nossos dias com um sentido completamente diferente. A sua mutação semântica é um problema extremamente importante para a questão da evolução do feudalismo.

Estas considerações, feitas a partir do vocabulário feudal, que tive a ocasião de estudar mais de perto, embora de maneira bastante superficial, podem-se obviamente estender a outros domínios, muito particularmente àqueles em que imperava um grande formalismo, como era o do léxico jurídico, que pode ser seguido com grande rigor. O mesmo se pode dizer dos termos técnicos da escolástica ou do ensino universitário em geral, ou mesmo em escritos próprios de géneros literários específicos como a hagiografia, a oratória sagrada, o ritual litúrgico, a gramática, a medicina, etc.. Nestes problemas não se trata, é claro, de pedir aos linguistas que resolvam o que deve ser tratado e resolvido por nós, mas de lhes pedir que nos ajudem a determinar com rigor e conhecimento de causa as questões semânticas. De facto o historiador não deve partir do princípio que as palavras técnicas são usadas de maneira arbitrária. Tiveram um sentido original, foram escolhidas por razões específicas e sofreram uma evolução semântica que deve ser seguida com rigor. Só com ajuda dos linguistas se podem resolver devidamente esses problemas.

Estes pontos de vista têm mesmo uma importância para além das áreas especializadas de determinados campos lexicais. Só assim se pode reconstituir toda a carga emotiva de vocábulos tais com «traição» ou «aleivosia», que tinham um sentido próprio no contexto feudal. A gravidade da censura social que lhes está subjacente no campo restrito do código feudal ajuda a compreender o seu sentido extremamente negativo, quando usado em contextos mais vastos.

Estou a referir-me a exemplos escolhidos preferentemente em meios cultos. Mas a ajuda dos nossos colegas pode ser ainda mais preciosa se passarmos a domínios técnicos da cultura material, como por exemplo no estudo dos vocábulos próprios da transumância, da olaria, da pesca, da agricultura e de outras técnicas agrícolas ou artesanais. Aqui os métodos, porém, terão de ser diferentes. A datação e localização das inovações é particularmente difícil, e o uso



prolonga-se durante muitos séculos, sem que se possa determinar facilmente a variação semântica. É preciso partir do princípio que os primeiros testemunhos documentados pouco ou nada provam acerca do início ou da difusão do uso. Embora teoricamente sejam fenómenos do tempo médio ou curto, como acontece com toda a história da técnica, têm de ser tratados como se se tratasse de fenómenos de tempo longo, como veremos daqui a pouco. Todavia, a aplicação prática dos dados averiguados com auxílio da linguística situam-se predominantemente no domínio da história da civilização material, e por isso mais no tempo longo do que no tempo curto. Posso referir a este propósito como exemplo de aplicação a análise feita por Borges Coelho e por Oliveira Marques do tipo de vocábulos de origem árabe que permaneceram na língua portuguesa actual e que revela a especial influência da civilização árabe no domínio das técnicas artesanais e da vida urbana.

Passando a outro tipo de questões, mas sem me referir agora apenas ao campo lexical, creio que devem ainda ser considerados fenómenos do tempo curto ou médio os que dizem respeito à história das ideias e à análise do discurso. Um exemplo típico do primeiro caso é o do emprego crescente da dialéctica na argumentação a partir do século XII. Como é evidente, a dialéctica tem o seu vocabulário próprio, mas o seu uso não implica apenas a adopção desse vocabulário. Poder-se-ia também referir o caso do uso do sentido alegórico ou dos outros três sentidos atribuídos à Sagrada Escritura e a sua eventual aplicação a outros textos (por exemplo aos textos ficcionais, como a *Demanda do Graal*). Neste ponto não queria resvalar para a história literária. Quero-me referir a questões precisas e concretas, como, por exemplo, o da simbólica dos animais ou das plantas e pedras preciosas. Sinto-me aqui menos seguro, mas suponho que estes problemas só ganhariam em ser estudados de um ponto de vista linguístico, isto é, no contexto das figuras de retórica, particularmente do uso da metáfora. Aqui a vossa ajuda pode ser dada em dois campos: o da correcta compreensão do sentido do texto, pouco acessível para o historiador moderno, e o da própria história do uso das figuras de retórica, como contributo fundamental para a história das ideias. Posso ainda referir-me a problemas mais subjectivos, mas que têm de ser analisados com todo o rigor, como os da polissemia de muitos textos medievais, como se verifica em tantas cantigas de escárnio e de maldizer. Se compete aos historiadores determinar as condições sociais e institucionais de produção dos textos – o que também é indispensável para a compreensão do sentido –, são de facto os linguistas que têm mais recursos para determinar a ressonância polissémica dos textos ficcionais e poéticos.

3. Creio que estes exemplos de aplicação dos problemas históricos do tempo curto ou médio à linguística são suficientes para inspirar uma enorme quantidade de pesquisas que os historiadores gostariam de ver feitas pelos seus colegas que estudam a língua. Os fenómenos do tempo longo permitem acrescentar largamente a lista. Aqui os métodos terão de ser diferentes, porque os problemas de datação, de localização e de atribuição de autoria como que esvaem ou esbatem, sem contudo se poderem ignorar. De facto podem-se distinguir dois



grandes domínios de pesquisa, o da história das mentalidades e o da história das civilizações. Em ambas se trata de identificar sistemas de pensamento ou de cultura material e espiritual, e portanto de analisar, antes de mais, a coerência própria de cada sistema, e depois os fenómenos da sua deslocação ou transformação. Em qualquer dos casos trata-se de fenómenos de massa e de evolução lenta. Os testemunhos da alteração semântica isolados uns dos outros não são suficientemente significativos. Só quando tomados em conjunto e com o recurso a campos científicos diferentes (especialmente os da sociologia e da psicologia social) passam a ter alguma relevância. Mas, justamente porque as transformações linguísticas são fenómenos de massa é que a ajuda dos nossos colegas é especialmente importante para poder equacionar as questões postas nestes dois campos da disciplina histórica.

As mutações de linguagem são especialmente significativas das mutações de mentalidade ou das alterações civilizacionais. É preciso, porém, escolher com cuidado os indícios verdadeiramente significativos. Nem todas as alterações linguísticas implicam mudanças profundas no campo da mentalidade. Por outro lado não se trata apenas de identificar as mutações. É preciso também reconstituir sistemas de pensamento diferentes dos nossos e descobrir a sua coerência e os seus fundamentos. O ponto de vista moderno leva-nos muitas vezes a interpretá-los erradamente, enganados pelo sentido que hoje damos aos mesmos termos. A linguística é uma disciplina essencial para ajudar a resolver todos estes problemas.

Vejam, em primeiro lugar, a história das mentalidades. Conheço poucas obras que para mim tenham sido tão reveladoras neste campo como a célebre obra de E. Benveniste *Le vocabulaire des institutions indo-européennes* (1969). Como é evidente, trata-se de uma análise semântica de uma série de conceitos comuns às várias línguas indo-europeias. Esta obra fez-me compreender de maneira bem mais precisa e rigorosa as questões fundamentais da mentalidade feudal do que vários tratados históricos que tratam expressamente do feudalismo. Diria o mesmo acerca da contribuição da mesma obra para compreender os problemas fundamentais das estruturas do parentesco. Embora com métodos muito diferentes mas também com o recurso frequente a testemunhos do campo linguístico, podem-se apontar como igualmente modelares neste domínio as obras de Michel Foucault, quer sobre a formação do pensamento moderno em *Les mots et les choses*, quer na *Histoire de la folie à l'époque classique*, quer na *Histoire de la sexualité*. Também não posso deixar de mencionar as obras de Georges Dumézil sobre as três funções da ideologia indo-europeia, sempre tão ricas em dados de natureza linguística.

Trata-se de questões muito vastas em que o problema principal consiste em encontrar os indícios significativos. Há de facto palavras cuja evolução semântica é extremamente reveladora do ponto de vista da história das mentalidades. A esse propósito não posso deixar de recordar a importância de uma obra como a de Anders Nygren, *Eros e agape*, sobre a noção cristã do amor e as suas transformações, questão sobre a qual, de resto, ainda não está tudo dito como mostrou um recente artigo de Aires Nascimento e Arnaldo Espírito Santo (1996). Outro

exemplo não menos significativo é o do estudo de Rudolf Otto sobre o conceito de *numen* (1929) para a história das religiões.

Num domínio mais restrito, mas também importante do ponto de vista das relações sociais, posso recordar a importância do estudo pioneiro, e infelizmente sem continuações (de que eu tenha conhecimento), de Lindley Cintra sobre as formas de tratamento. De resto a maioria dos estudos de sociolinguística e de pragmática feitos numa perspectiva diacrónica são especialmente úteis para os historiadores das mentalidades e da história social. Constituem, na prática, formas de análise de indícios das relações sociais do género das que foram estudadas por Pierre Bourdieu, em *La distinction*, justamente porque permitem detectar algumas das formas mais significativas da «*critique sociale du jugement*» (que, como sabem, é o subtítulo da mesma obra). Deste ponto de vista, as obras de Norbert Elias, especialmente a tão conhecida *Civilização dos costumes*, pode ser considerada um bom modelo de inspiração. Alargando o género de perguntas, posso-me referir agora às formas de enunciação para dar ordens, para se dirigir aos detentores da autoridade, para ensinar, para persuadir, etc., que são extremamente reveladoras das relações de poder.

Neste contexto parecem-me particularmente úteis para o historiador as investigações dos linguistas baseadas na noção de «registro», próprias da interacção verbal (Emília Pedro, 1996), se puderem ser aplicadas, como imagino que podem, a textos escritos e não apenas à linguagem oral. De facto a história das mentalidades pode receber um contributo importante se se estudarem os modos de interacção verbal em géneros com uma longa evolução histórica, como a epistolografia, ou mesmo, creio, se aplicados, apesar do seu formalismo, aos textos mais antigos, aos diálogos registados em textos ficcionais, como os romances.

Outro tipo de estudos especialmente útil para nós consistiria em determinar os processos linguísticos que revelam as relações entre a classe social dominante e as dependentes, ou entre uma minoria culta e a massa. Devo dizer que sempre foi para mim um tanto ou quanto surpreendente o fenómeno da capacidade de difusão do latim e a maneira como se impôs a todo o ocidente europeu. Este facto histórico demonstra que a influência cultural está estreitamente articulada com as relações de poder político e económico do colonizador para com os colonizados, e que as populações, mesmo maioritárias, podem abandonar a sua língua com relativa facilidade para adoptarem aquela que veicula o poder. Também é para mim surpreendente a influência linguística que uma minoria culta teve em Portugal no século XVI, e que se revela na difusão de vocábulos eruditos que acabam por expulsar da linguagem corrente termos correspondentes já mais evoluídos do ponto de vista etimológico. Enfim, do ponto de vista da história social e da história das mentalidades, são especialmente interessantes todos os estudos que analisam em termos diacrónicos os processos de relação entre o desvio e a norma linguística (considerando como norma aquela que é imposta pelos poderes constituídos). Um estudo suficientemente rigoroso e objectivo destes problemas permitir-nos-ia observar, por exemplo, as capacidades de resistência de estratos representativos da cultura popular, ou que processos usam determinadas minorias para

defenderem a sua identidade. Estou a pensar nos ciganos, nos marranos ou mesmo nos mindericos.

Com outros processos de investigação, mas ainda dentro de problemas de carácter social, parecem-me também interessantes, como historiador, os estudos baseados no conceito de «ordem de discurso» definido por M. Foucault em 1971, isto é nas convenções discursivas subjacentes a determinadas redes institucionais que determinam o que é possível fazer ou o que se deve omitir (Emília Pedro, 1996). Como é evidente, este tipo de análises aplica-se sobretudo ao discurso normativo, mas também se pode usar sobre textos dos géneros mais diversos. Parecem-me especialmente interessantes os que estudam textos que propõem a norma de uma forma oculta.

Ainda dentro do domínio da interacção verbal, também não queria deixar de sublinhar o especial interesse das pesquisas sobre os processos de linguagem usados para obter o êxito social. Seria para mim extremamente curioso, por exemplo, um estudo deste género sobre textos da retórica romana, sobre os discursos dos membros das academias cultas do século XVIII ou sobre a oratória parlamentar dos séculos XIX e XX.

Quanto aos fenómenos relacionados com a história das civilizações, penso que o vosso contributo se situa sobretudo no campo da dialectologia. Creio que os fenómenos dialectais podem revelar a permanência de conjuntos étnicos que mantiveram, através de mudanças políticas por vezes muito profundas, uma predominância quantitativa suficiente para conseguirem assimilar ondas sucessivas de imigrantes, ainda que estas sejam social e culturalmente dominantes. As constantes dialectais quando conjugadas com constantes culturais de outro tipo, como as técnicas agrícolas ou os sistemas de parentesco, são especialmente importantes para determinar as áreas geográficas cujo comportamento histórico de facto se verifica divergente, pelo menos em alguns casos importantes. Foi por aí que iniciei a minha *Identificação de um país*, mas gostaria que as breves indicações que recolhi nesse livro dessem lugar a estudos mais aprofundados da parte dos linguistas.

Estas questões podem-se relacionar, por um lado, com as incidências da geografia política sobre a geolinguística, como se verifica particularmente no problema das fronteiras linguísticas, e, por outro, com o contributo da toponímia para o estudo sobre o povoamento. O primeiro aspecto tornou-se recente mais claro, segundo deduzi da minha leitura do artigo de Rita Marquilhas (1996, 585) na *Introdução à Linguística* dirigida pela Isabel Faria e que refere, entre outras, a contribuição de Theodora Bynon (1977). A verificação de que a fronteira política provoca rapidamente a expansão de traços do dialecto padrão, mas dificilmente apaga fronteiras dialectais já estabelecidas é uma observação extremamente interessante do ponto de vista histórico. Confirma o grau de permanência dos fenómenos dialectais que dependem da estabilidade populacional, mas ao mesmo tempo revela a sua permeabilidade a influências culturais veiculadas pela classe dominante.

Quanto aos estudos toponímicos, foram desde há muito usados pelos historiadores, por vezes com uma ligeireza pouco recomendável, o que contribuiu

para o seu desprestígio; mas nem por isso posso deixar de os referir como um instrumento da maior importância, dada a sua qualidade de documento insubstituível para a história do povoamento e dos movimentos populacionais em todas as épocas. Não se trata, é claro, de identificar, simplistamente, a etnia dos fundadores de uma povoação, por intermédio da reconstituição da origem etimológica do topónimo, mas de a usar de uma maneira mais ampla e sistemática, como fez, por exemplo Angel Barrios (1985), um medievalista da Universidade de Salamanca, que, tendo estudado sistematicamente os topónimos das antigas dioceses de Ávila, Salamanca e Segóvia registados no século XIII, pôde reconstituir, de uma forma bastante convincente, as fases de ocupação, a procedência e a distribuição espacial dos grupos de repovoadores desta região entre os séculos VI e XII, uma época para a qual a documentação disponível é extremamente escassa. Pôde assim reduzir às suas verdadeiras dimensões o estafado problema do ermamento ou não ermamento do vale do Douro, que constituiu o cavalo de batalha da historiografia medievalista castelhana e portuguesa nos anos 30 e 40 deste século, sob a poderosa batuta de Sánchez Albornoz. Trata-se de um historiador, não de um linguista, mas creio que ele teve o cuidado de se informar suficientemente dos problemas filológicos, para que o seu trabalho alcançasse uma efectiva credibilidade. A este respeito também não posso deixar de recordar aqui as preciosas contribuições de Joseph Piel para este tipo de questões. Permitam-me que aproveite a ocasião para lamentar que este campo de investigação tenha sido quase completamente abandonado pelos linguistas, privando assim os historiadores das suas importantes ajudas num campo em que é necessária uma preparação específica que eles raramente conseguem alcançar.

Como se vê, as perguntas dos historiadores aos linguistas podem ser quase intermináveis. Embora tenha tentado distribuí-las de uma forma ordenada, ou mesmo sistemática, podem-se, decerto, imaginar muitas outras. As perguntas são um pouco como as cerejas: vêm agarradas umas às outras e surgem por associação de ideias, nem sempre da forma mais lógica. Mas esta dificuldade de impôr uma ordem ao discurso acontece também na própria língua que, segundo creio, se conforma mal com a lógica. Mais ainda quando se usa para o diálogo, como este que, a vosso pedido, tento estabelecer convosco. De facto o que importa, agora, é calar-me e ouvir as vossas respostas, ou seja encetar a troca de impressões e desencadear as reacções em cadeia que o meu, até aqui, monólogo, deveria, se serviu para alguma coisa, suscitar.

#### BIBLIOGRAFIA

- BARRIOS GARCIA, Angel, 1985, «Repoblación de la zona meridional del Duero. Fases de ocupación, procedencias y distribución espacial de los grupos repobladores», *Studia historica. História medieval*, III, n. 2 (1985), p. 33-82.

PERGUNTAS DOS HISTORIADORES AOS LINGUISTAS

- BENVENISTE, Émile, 1969, *Le vocabulaire des institutions indo-européennes*, 2 vols., Paris, Les Éditions de Minuit.
- BOUDON, Raymond, 1984, *La place du désordre. Critique des théories du changement social*, Paris, Presses Universitaires de France.
- ELIAS, Norbert, 1973, *La civilisation des moeurs*, Paris, Calmann-Lévy (trad. do original alemão, 1ª ed. de 1939)
- FOUCAULT, Michel, 1971, *L'ordre du discours*, Paris, Gallimard.
- MARQUILHAS, Rita, 1996, «Mudança linguística», I. H. FARIA, E. R. PEDRO, I. DUARTE e C. GOUVEIA (orgs.), *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*, Lisboa, Ed. Caminho, p. 563-588.
- NASCIMENTO, Aires e ESPÍRITO SANTO, Arnaldo, 1996, «Eros e agape. Redução lexical e alargamento semântico», *Eros e philia na cultura grega*, Actas do Colóquio, Lisboa, 23-24 de Novembro de 1995, p. 213-223
- NYGREN, Anders, 1971, *Eros e agape. La nozione cristiana dell'amore e le sue trasformazioni*, Bologna (trad. italiana).
- OTTO, Rudolf, 1995, *Le sacré. L'élément non rationnel dans l'idée du divin et sa relation avec le rationnel*, Paris, Payot (trad. do original alemão de 1929).
- PEDRO, Emília Ribeiro, 1996, «Interacção verbal», I. H. FARIA, E. R. PEDRO, I. DUARTE e C. A. M. GOUVEIA (orgs.), *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*, Lisboa, Caminho, p. 449-475.
- WILLIAMS, Edwin B., 1975, *Do latim ao português. Fonologia e morfologia históricas da língua portuguesa*, 3ª ed., Rio de Janeiro, Tempo brasileiro (original americano, 1938).